

**Editora Ática S.A.**  
**Relatório dos auditores independentes**  
**sobre as demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2014**

## EDITORA ÁTICA S.A.

### DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2014

#### ÍNDICE

	<b>Páginas</b>
Relatório dos Auditores Independentes	1
Balancos patrimoniais	2 - 3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	7-40
Conselho de Administração e Diretoria	41

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores e Acionistas  
Editora Ática S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Editora Ática S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Editora Ática S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de abril de 2015.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Estela Maris Vieira de Souza  
Contadora CRC 1RS046957/O-3 "S" SP

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**Em 31 de dezembro**  
 (valores expressos em milhares de reais)

**ATIVO**

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	134.953	120.991
Contas a receber de clientes (nota 8)	152.884	167.963
Estoques (nota 9)	101.001	93.101
Impostos a recuperar (nota 10)	23.692	3.284
Demais ativos (nota 11)	7.247	8.978
	<b>419.777</b>	<b>394.317</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Impostos a recuperar (nota 10)	1.375	1.375
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	12.528	4.533
Depósitos judiciais (nota 18)	5.161	2.387
Demais ativos (nota 11)	284	182
Investimento (nota 12)	287.835	-
Intangível (nota 13)	19.871	16.322
Imobilizado (nota 14)	19.741	6.729
	<b>346.795</b>	<b>31.528</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>766.572</b>	<b>425.845</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**Em 31 de dezembro**  
 (valores expressos em milhares de reais)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>CIRCULANTE</b>		
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 15)	132.463	75.736
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	18.128	20.998
Impostos e contribuições a pagar (nota 17)	616	1.309
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	13.543
Dividendos e juros sobre capital próprio (nota 30)	281	13.254
Contas a pagar por aquisição de participação societária	-	1.389
	<b><u>151.488</u></b>	<b><u>126.229</u></b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	453.724	160.923
Provisão para contingências (nota 18)	4.740	5.557
Imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	1.109	23
	<b><u>459.573</u></b>	<b><u>166.503</u></b>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>611.061</u></b>	<b><u>292.732</u></b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Capital social (nota 22)	103.559	67.846
Reservas de capital (nota 23)	14.371	805
Reservas de lucros (nota 23)	49.851	64.462
Transações de capital (nota 12)	(12.270)	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b><u>155.511</u></b>	<b><u>133.113</u></b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b><u>766.572</u></b>	<b><u>425.845</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
 (valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Receita líquida (nota 24)	379.267	372.331
Custos dos produtos (nota 25)	(146.714)	(130.042)
<b>Lucro bruto</b>	<b>232.553</b>	<b>242.289</b>
Despesas com vendas (nota 25)	(117.305)	(100.697)
Despesas gerais e administrativas (nota 25)	(112.742)	(52.096)
Outras despesas, líquidas (nota 26)	(312)	(1.306)
<b>Lucro operacional</b>	<b>2.194</b>	<b>88.190</b>
Receitas financeiras (nota 27)	13.952	5.276
Despesas financeiras (nota 27)	(31.135)	(8.313)
Variação cambial líquida (nota 27)	401	(278)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado de participação societária</b>	<b>(14.588)</b>	<b>84.875</b>
Resultado da equivalência patrimonial (nota 12)	105	-
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(14.483)</b>	<b>84.875</b>
Imposto de renda e contribuição social (nota 28)	6.975	(29.070)
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(7.508)</b>	<b>55.805</b>
Lucro (prejuízo) por ação do capital social (em R\$)	(0,00072)	0,00823

Não foram apurados outros resultados abrangentes, por esse motivo a Companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros		Transações de capital em coligada	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Opções outorgadas de ações	Reserva para inventivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>67.846</b>	-	805	10.673	56.367	10.239	-	145.930
Distribuição de dividendos adicionais conforme AGE 20/12/2013	-	-	-	-	(45.129)	(10.239)	-	(55.368)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	55.805	55.805
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
- Constituição reserva legal	-	-	-	2.790	-	-	(2.790)	-
- Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	(13.254)	(13.254)
- Retenção de lucros	-	-	-	-	39.761	-	(39.761)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>	<b>67.846</b>	-	805	13.463	50.999	-	-	133.113
Aumento de capital conforme AGE 03/10/2014 (Nota 22)	35.713	-	-	-	-	-	-	35.713
Plano de opção de compra de ações (nota 21)	-	13.566	-	-	-	-	-	13.566
Transações de capital em coligada (nota 12)	-	-	-	-	-	-	(12.270)	(12.270)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(7.508)	(7.508)
Destinação do resultado	-	-	-	-	-	-	-	-
- Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(7.103)	-	-	(7.103)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	(7.508)	-	7.508	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>103.559</b>	<b>13.566</b>	805	13.463	36.388	-	(12.270)	155.511

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Caixa gerado pelas operações (nota 29)	75.872	57.766
Juros pagos	(21.960)	(3.784)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.428)	(8.174)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b><u>39.484</u></b>	<b><u>45.808</u></b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisições de:		
Imobilizado	(16.949)	(2.799)
Intangível	(5.934)	(9.869)
Aquisição de participação em coligada	(300.000)	-
Pagamento aquisição de participação societária	(1.005)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b><u>(323.888)</u></b>	<b><u>(12.668)</u></b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Captação de empréstimos e financiamentos	597.194	143.653
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(314.500)	(12.334)
Pagamento de PAES e impostos parcelados	(1.031)	(1.253)
Aumento de capital	35.713	-
Dividendos pagos	(13.254)	(66.607)
Juros sobre capital próprio pagos	(5.756)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b><u>298.366</u></b>	<b><u>63.459</u></b>
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>13.962</u></b>	<b><u>96.599</u></b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>120.991</b>	<b>24.392</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b><u>134.953</u></b>	<b><u>120.991</u></b>
<b>MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b><u>13.962</u></b>	<b><u>96.599</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



---

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Editora Ática S.A. ("Companhia" e ou "Editora Ática") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de São Paulo, tendo como controladora a Abril Educação S.A.. A Companhia tem como atividade preponderante a edição, publicação, divulgação e comercialização, no atacado ou varejo, de livros, sistemas de ensino e publicações de qualquer natureza, voltados, principalmente, para a educação.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 17 de abril de 2015.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

### 2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

#### (a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

#### (b) Divulgações

O seguinte pronunciamento, aplicável às operações da Companhia, foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2014:

(i) OCPC 07 - "Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-financeiros de Propósito Geral", trata dos aspectos quantitativos e qualitativos das divulgações em notas explicativas, reforçando as exigências já existentes nas normas contábeis e ressaltando que somente as informações relevantes para os usuários das demonstrações financeiras devem ser divulgadas.

Outras alterações e interpretações ocorridas e válidas para o exercício, não são aplicáveis para a Companhia.

## 2.2 Conversão de moeda estrangeira

### (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia, e também, é a sua moeda de apresentação.

### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em variação cambial líquida.

## 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

## 2.4 Ativos financeiros

### 2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Companhia mantém aplicações em depósitos bancários que se enquadram como caixa e equivalentes de caixa.

### 2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser

aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

## 2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros

### (a) Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

## 2.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber referem-se substancialmente à comercialização no atacado (mercado público e privado) e no varejo de livros e apostilas voltados para a educação. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). Em geral a PCLD é constituída quando um crédito encontra-se vencido há mais de 90 dias. A Companhia também leva em consideração a análise de perdas históricas e o acompanhamento da situação individual de seus clientes.

## 2.6 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, considerando o custo e o valor líquido de realização, dos dois o menor, quando aplicável reduzido por provisão para obsolescência.

Os custos relacionados ao desenvolvimento de material didático para futuras edições são registrados em estoque em elaboração e apropriados ao resultado por ocasião da venda da primeira impressão de cada edição.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação. Tal provisão é constituída com base em percentual pelo tempo de permanência dos itens nos estoques até o limite máximo de três anos. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

## 2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando existe a suspensão da exigibilidade de um tributo ou quando a impossibilidade de resgate do depósito. Caso contrário, os depósitos são apresentados no ativo não circulante.

## 2.8 Coligadas

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligada inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada, e parcela correspondente da mais valia.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia na perda da coligada venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

A perda de diluição, ocorrida na aquisição inicial do investimento em coligada é reconhecida no patrimônio líquido, bem como a contrapartida do reconhecimento do valor corresponde à sua participação no ágio e mais valia.

## 2.9 Intangível

### (i) Ágio

O ágio resulta da aquisição de coligada por meio da aplicação do “*predecessor accounting*”, cujo valor corresponde à aplicação do percentual de participação adquirida pela Companhia na coligada sobre o montante do ágio inicialmente reconhecido nas demonstrações financeiras da controladora da Companhia, quando da alocação do preço de aquisição. O ágio, então reconhecido pela controladora da Companhia na sua aquisição, representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida, e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

## (ii) *Software*

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável dos *softwares* de 3 anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis à projetos específicos e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a 5 anos.

## 2.10 Imobilizado

Máquinas e equipamentos industriais são aqueles mantidos pela Companhia para produção de livros e apostilas de sistema de ensino. Os equipamentos de informática referem-se aos computadores e servidores mantidos para gerenciamento das informações e banco de dados das unidades operacionais.

O ativo imobilizado é avaliado ao custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, deduzido das respectivas depreciações. O custo do imobilizado também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, como segue:

---

<b>Categoria</b>	<b>Anos</b>
Máquinas e Equipamentos Industriais	3 - 10
Instalação, Outras Imobilizações e Benfeitoria	5 - 10
Móveis e Utensílios, Veículos e Equipamentos de Computação	3 - 10

Os valores residuais e a vida útil estimada dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia, conseqüentemente, foram utilizadas as mesmas taxas de depreciação utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas, líquidas" na demonstração do resultado.

## **2.11 Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

## **2.12 Fornecedores e demais contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

## 2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## 2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## 2.15 Direitos autorais

Os direitos autorais a pagar e as antecipações são reconhecidos a débito do resultado no exercício com base nas receitas de vendas dos livros, de acordo com o período de competência, e correspondem à remuneração paga aos autores das obras. No balanço patrimonial, os saldos de direitos autorais estão apresentados na rubrica de produtos em elaboração, no grupo de estoques.

## 2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.



O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como o saldo de prejuízos fiscais e bases negativas. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias ou prejuízos fiscais e bases negativas possam ser usadas.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

## 2.17 Benefícios a funcionários

### (i) Obrigações de aposentadoria (pensão)

O plano de pensão da Companhia é classificado como contribuição definida, sendo que são pagas contribuições aos planos de pensão administrado pela Abrilprev - Sociedade de Previdência Privada (“AbrilPrev”) em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

### (ii) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

A Companhia oferece aos funcionários participação nos resultados, por meio do Superação, programa de participação nos resultados vinculado ao atingimento de metas pré-estabelecidas.

O reconhecimento desta participação é efetuado mensalmente e revisado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

### (iii) Remuneração com base em ações

A controladora da Companhia opera um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual as entidades, representadas pela controladora da Companhia e a própria Companhia recebem os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de



patrimônio líquido (opções) da controladora da Companhia. O valor justo dos serviços do empregado da Companhia, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante a referência ao valor justo das ações outorgadas pela controladora da Companhia, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico), as quais são avaliadas considerando o desempenho consolidado do Grupo Abril Educação. As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de ações cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A controladora da Companhia por sua vez não irá cobrar da Companhia nenhum tipo de compensação por essa transação, ou seja, a Companhia não possui nenhuma obrigação para com sua controladora, e por se tratar de uma contribuição ao capital a contrapartida da despesa é reconhecida no patrimônio líquido da Companhia.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de ações que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições de tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as ações são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

## **2.18 Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

## **2.19 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determina dividendos mínimos obrigatórios de 25%. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos quando a proposta é aprovada pela Diretoria. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

## **2.20 Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a) Receita de venda de produtos

A receita com venda de produtos (livros, apostilas e outras publicações) é reconhecida no resultado do exercício quando da entrega do produto aos clientes.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

**(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos, com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor e considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, com base em estudos de viabilidade técnica que suportam o registro e a manutenção desses ativos.

**(b) Contingências**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração entende que essas contingências estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 4.1 Considerações gerais e políticas

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco definida pela sua controladora, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos

dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito das contrapartes.

## 4.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da controladora da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Na prática, a Tesouraria da Controladora da Companhia (“Tesouraria Corporativa”) pode vir a contratar instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia de riscos de taxa de juros e câmbio.

### a) Risco de mercado

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

#### i) Riscos de taxa de câmbio

A Companhia possui fornecedores de papel contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esse passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desse passivo.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de fornecedores indexados ao dólar norte-americano era de R\$ 7.717 (2013 – R\$ 7.568).

Em função de novos pedidos já colocados, referentes a compra de papel indexada ao dólar norte americano, a Companhia decidiu por alocar em 28 de maio de 2014, o montante de R\$ 7.221 em aplicações com lastro em dólares americanos para mitigar os riscos de flutuação de mercado. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa aplicação é de R\$ 7.814 (USD 2.942), apresentados na rubrica “Export Notes” em caixa e equivalentes de caixa.

#### ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional que estão subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores, principalmente o CDI. O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra o risco de volatilidade da taxa de juros. Contudo, as aplicações financeiras da Companhia, também indexadas ao CDI, mitigam parcialmente a exposição a esse indexador. Há ainda um monitoramento contínuo dessas taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual conveniência da contratação de instrumentos para proteger a Companhia contra esse tipo de risco.

Os valores de mercado das operações acima mencionadas não diferem substancialmente daqueles registrados nas demonstrações financeiras na data do balanço.

## **b) Risco de crédito**

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo títulos e valores mobiliários de alta liquidez, e contas a receber de clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos títulos somente de entidades independentes classificadas com rating mínimo “A” na escala Standard & Poor’s.

As taxas pactuadas para as aplicações financeiras refletem as condições usuais de mercado, remunerados à taxa média de 100,5% de variação do CDI.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso normal de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização do saldo de contas a receber de clientes. A Administração da Companhia mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

## **c) Risco de liquidez**

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa e títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas e ao saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, que são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, acrescidos de coluna para reconciliar os valores àqueles registrados no balanço patrimonial da Companhia. Para projeção dos fluxos futuros a Companhia adotou as taxas atuais do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI, ou seja, 11,51% a.a..

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 5 anos</u>	<u>Total</u>	<u>Efeito do desconto</u>	<u>Valor contábil</u>
<b>Em 31 dezembro de 2014</b>						
Debentures (nota 16)	2.659	-	674.523	677.182	(228.616)	448.566
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	17.895	4.858	6.131	28.884	(5.598)	23.286
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 15)	132.463	-	-	132.463	-	132.463
<b>Em 31 dezembro de 2013</b>						
Debentures (nota 16)	3.879	-	209.951	213.830	(70.947)	142.883
Empréstimos e financiamentos (nota 16)	19.253	17.719	11.366	48.338	(9.300)	39.038
Fornecedores e demais contas a pagar (nota 15)	75.736	-	-	75.736	-	75.736

## 5. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Total dos empréstimos (nota 16)	471.852	181.921
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	<u>(134.953)</u>	<u>(120.991)</u>
Dívida líquida	336.899	60.930
Total do patrimônio líquido	<u>155.511</u>	<u>133.113</u>
Total do capital	<u>492.410</u>	<u>194.043</u>
Índice de alavancagem financeira - %	68	31

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, que incluem títulos e valores mobiliários, bem como duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia possui uma política que estabelece um monitoramento contínuo das taxas de câmbio, taxas de juros e preço de insumos, com o propósito de avaliar a eventual contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar impactos no resultado e patrimônio líquido da Companhia, com cenário mais provável segundo avaliação efetuada pela administração em conjunto com consultores externos, considerando um horizonte de três meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

	<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>			<b>Ganho (perda)</b>
	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Cenário provável (i)</b>		
		<b>Cenário I (ii)</b>	<b>Cenário II (iii)</b>	
Certificados de depósitos bancários - CDBs	13.644	13.074	16.342	19.611
Total dos ativos em CDI	<u>13.644</u>	<u>13.074</u>	<u>16.342</u>	<u>19.611</u>
Debêntures colocadas	(448.566)	(24.899)	(31.124)	(37.349)
Empréstimos bancários (iv)	(7.230)	(1.576)	(1.970)	(2.364)
Dívida total em CDI	<u>(455.796)</u>	<u>(26.475)</u>	<u>(33.094)</u>	<u>(39.713)</u>
<b>Exposição líquida em CDI</b>	<b><u>(442.152)</u></b>	<b><u>(13.401)</u></b>	<b><u>(16.752)</u></b>	<b><u>(20.102)</u></b>
Taxa CDI - %	11,51%	11,51%	14,39%	17,27%
variação da taxa em relação à projeção			25,00% (ii)	50,00% (iii)

(i) Variação da taxa atual o cenário provável estimado.

(ii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 25%.

(iii) Variação do cenário provável para o cenário de deterioração de 50%.

(iv) Não considera o empréstimo BNDES-FINAME, atualizado pela TJLP, no montante de R\$ 24.766

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Caixa	94	191
Bancos conta movimento	113.401	559
Certificados de depósitos bancários - CDBs (i)	13.644	120.241
Export Notes (ii)	7.814	-
	<b><u>134.953</u></b>	<b><u>120.991</u></b>

(i) Os CDBs são remunerados à taxa média de 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, mensurados pelo custo amortizado, com prazos de vencimento variáveis, porém resgatáveis a qualquer momento e estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

(ii) Export Notes corresponde às aplicações indexadas em dólares americanos cuja variação decorre em função da diferença de câmbio em relação ao Real + 0,34% a.a..

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Comercialização de livros didáticos e paradidáticos	155.540	169.994
Outras	335	674
	<u>155.875</u>	<u>170.668</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.991)</u>	<u>(2.705)</u>
<b>Total contas a receber</b>	<b><u>152.884</u></b>	<b><u>167.963</u></b>

O saldo de contas a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional e o seu valor de realização não difere significativamente do valor justo desses ativos.

Em 31 de dezembro de 2014, do total do saldo de contas a receber (comercialização de livros didáticos e paradidáticos), o saldo de R\$ 66.354 (2013 – R\$ 91.042) referem-se a vendas ao Governo, substancialmente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação – MEC, a parcela restante refere-se às vendas no mercado privado.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento:

<u>Composição</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>A vencer:</b>	<b>147.422</b>	<b>164.066</b>
<b>Vencidas:</b>	<b>8.453</b>	<b>6.602</b>
Até 30 dias	2.275	2.044
De 31 a 60 dias	365	457
De 61 a 90 dias	2.834	661
De 91 a 180 dias	208	588
De 181 a 360 dias	742	727
há mais de 360 dias	2.029	2.125
	<b><u>155.875</u></b>	<b><u>170.668</u></b>

c) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	2.705	2.271
Adições	3.457	2.239
Reversões e baixas	<u>(3.171)</u>	<u>(1.805)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b><u>2.991</u></b>	<b><u>2.705</u></b>

## 9. ESTOQUES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Matérias-primas	28.874	13.126
Produtos em elaboração	25.589	24.242
Produtos acabados	62.832	70.830
Importações em andamento	-	499
Provisões para <i>impairment</i>	<u>(16.294)</u>	<u>(15.596)</u>
	<u><b>101.001</b></u>	<u><b>93.101</b></u>

A movimentação das provisões para *impairment* como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro</b>	15.596	10.902
Adições no exercício	<u>698</u>	<u>4.694</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<u><b>16.294</b></u>	<u><b>15.596</b></u>

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	13.087	3.283
Programa de Integração Social - PIS	2.732	833
Imposto de renda sobre aplicação financeira	2.581	288
Imposto de renda e contribuição social antecipados	6.067	158
Demais impostos	<u>600</u>	<u>97</u>
	<u><b>25.067</b></u>	<u><b>4.659</b></u>
Circulante	23.692	3.284
Não circulante	1.375	1.375

## 11. DEMAIS ATIVOS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Adiantamentos a empregados	722	1.117
Adiantamentos a fornecedores	3.703	4.783
Adiantamentos de direitos autorais	2.437	1.430
Pagamentos antecipados	353	1.708
Outros	<u>316</u>	<u>122</u>
	<u><b>7.531</b></u>	<u><b>9.160</b></u>
Circulante	7.247	8.978
Não circulante	284	182

## 12. INVESTIMENTO

Em 3 de outubro de 2014, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a participação inicial na associada Central de Produções GWUP S.A - (Ometz), empresa do Grupo Abril Educação, por meio de aumento de capital no valor de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações



ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela Editora Ática S.A., que passou a deter 28,7% de participação na GWUP, avaliada por equivalência patrimonial e não consolidado por se tratar de coligada sem influência significativa.

<b>Saldos em 31.12.2014 - Participação direta Ática - 28,7%</b>	
Investimento inicial	300.000
Perda de capital	(185.575)
	<b>114.425</b>
Ágio ( <i>predecessor accounting</i> )	109.996
Mais Valia ( <i>predecessor accounting</i> )	63.309
Equivalência patrimonial	105
<b>Investimento em 31/12/2014</b>	<b>287.835</b>
Efeito no PL (*)	(12.270)

(\*) O efeito no patrimônio líquido correspondente às contrapartidas dos lançamentos de perda de capital, e ajustes do *predecessor accounting* nos componentes de ágio e mais valia, demonstrados acima.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil do ágio utilizando o conceito do valor em uso, através da metodologia do fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativa do conjunto de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda dos seus serviços. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa para um período de cinco anos e a perpetuidade a partir do 5º ano até 10 anos, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, investimentos e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuro para o período de cinco anos são baseadas no plano de negócios, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base no custo médio ponderado de capital.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2014 são as que se seguem:

	%
Margem bruta	65,00%
Taxa média de crescimento (i)	5,50%
Taxa de desconto	12,93%

(i) Taxa de crescimento utilizada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

A taxa pré-fixada de desconto utilizado corresponde à taxa média de dívidas captadas pelo Grupo Abril Educação, no qual refletem riscos específicos em relação aos segmentos.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração não identificou nenhuma perda por *impairment* no ágio. Adicionalmente, a Administração não espera desvios relevantes nas premissas utilizadas para o teste de *impairment*.

## 13. INTANGÍVEL

### a) Movimentação

							2014
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/13	Adições	Baixas	Transferência	Amortização	Saldo líquido em 31/12/14
Sistemas de computação	20%	4.361	2.138	-	5.215	(2.090)	9.624
Software em desenvolvimento (i)	-	8.151	3.796	-	(5.215)	-	6.732
Carteira de Clientes		3.810	-	(295)	-	-	3.515
		<b>16.322</b>	<b>5.934</b>	<b>(295)</b>	<b>-</b>	<b>(2.090)</b>	<b>19.871</b>

  

							2013
	Taxas anuais de amortização	Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Amortização		Saldo líquido em 31/12/13	
Sistemas de computação	20%	4.498	1.400	(1.537)		4.361	
Software em desenvolvimento (i)	-	2.192	5.959	-		8.151	
Carteira de Clientes		-	3.810	-		3.810	
		<b>6.690</b>	<b>11.169</b>	<b>(1.537)</b>		<b>16.322</b>	

- (i) *Software* em desenvolvimento refere-se substancialmente a projetos de infra-estrutura TI e desenvolvimento de sites e conteúdo.

## 14. IMOBILIZADO

							2014
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/13	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/14
Instalações	21%	655	282	-	7.752	(553)	8.136
Máquinas e equipamentos industriais	25%	836	2	-	84	(100)	822
Móveis e utensílios	10%	471	1.002	(21)	42	(127)	1.367
Veículos	33,33%	1.260	5.673	(76)	-	(1.385)	5.472
Equipamentos de computação	40%	1.490	2.078	-	3	(1.228)	2.343
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	1.067	122	-	515	(447)	1.257
Imobilizações em andamento	-	950	7.790	-	(8.396)	-	344
		<b>6.729</b>	<b>16.949</b>	<b>(97)</b>	<b>-</b>	<b>(3.840)</b>	<b>19.741</b>

		2013				
	Taxas anuais de depreciação	Saldo líquido em 31/12/12	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido em 31/12/13
Instalações	21%	387	382	-	(114)	655
Máquinas e equipamentos industriais	25%	872	60	-	(96)	836
Móveis e utensílios	10%	495	57	(3)	(78)	471
Veículos	33,33%	2.310	721	(45)	(1.726)	1.260
Equipamentos de computação	40%	1.380	873	(18)	(745)	1.490
Benfeitorias em móveis de terceiros	4% a 20%	1.470	16	-	(419)	1.067
Imobilizações em andamento	-	260	690	-	-	950
		<b>7.174</b>	<b>2.799</b>	<b>(66)</b>	<b>(3.178)</b>	<b>6.729</b>

A Administração não identificou nenhum indicativo de *impairment* em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, não houve a necessidade de efetuar testes de *impairment* para esses ativos.

## 15. FORNECEDORES E DEMAIS CONTAS A PAGAR

	2014	2013
Fornecedores (i)	77.684	32.172
Fornecedores estrangeiros	7.717	7.568
Salários e encargos sociais	28.341	22.751
Direitos autorais a pagar	18.281	12.858
Outras contas a pagar	440	387
	<b>132.463</b>	<b>75.736</b>

- (i) O saldo de fornecedores nacionais refere-se substancialmente à compra de matéria-prima (papel) e tem prazos médios de pagamentos de 360 dias para as compras no mercado nacional e 180 dias para o mercado externo (2013 – 180 dias no mercado nacional e externo). Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de R\$ 77.684, já está deduzido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 4.592.

## 16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2013	Captação	Pagamento Principal	Pagamento Juros	Provisão de Juros	Variação cambial	Custo transação debêntures	Transferência	31 de dezembro de 2014
<b>Circulante</b>									
Debêntures colocadas	3.774	140.000	(140.000)	(18.208)	17.355	-	(447)	-	2.474
BNDES - FINAME (i)	9.904	1.093	(9.357)	(1.950)	1.662	-	-	6.688	8.040
Empréstimos bancários	7.320	158.000	(164.953)	(1.667)	1.577	-	-	6.953	7.230
Em moeda estrangeira:									
BNDES - FINAME (i)	-	-	(182)	(10)	9	34	-	533	384
	<b>20.998</b>	<b>299.093</b>	<b>(314.492)</b>	<b>(21.835)</b>	<b>20.603</b>	<b>34</b>	<b>(447)</b>	<b>14.174</b>	<b>18.128</b>
<b>Não Circulante</b>									
Debêntures colocadas	139.109	300.000	-	-	7.544	-	(561)	-	446.092
Em moeda nacional:									
BNDES - FINAME (i)	14.862	-	(8)	-	-	-	-	(7.222)	7.632
Empréstimos bancários	6.952	-	-	-	-	-	-	(6.952)	-
	<b>160.923</b>	<b>300.000</b>	<b>(8)</b>	<b>-</b>	<b>7.544</b>	<b>-</b>	<b>(561)</b>	<b>(14.174)</b>	<b>453.724</b>
	<b>181.921</b>	<b>599.093</b>	<b>(314.500)</b>	<b>(21.835)</b>	<b>28.147</b>	<b>34</b>	<b>(1.008)</b>	<b>-</b>	<b>471.852</b>

16.1 Os empréstimos e financiamentos de longo prazo e as debêntures, em 31 de dezembro de 2014, têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

<u>Vencimento</u>	<u>R\$</u>	<u>% sobre total</u>
2016	3.663	0,81%
2017	184.382	40,64%
2018	209.765	46,23%
2019	55.914	12,32%
	<b>453.724</b>	<b>100,00%</b>

### 16.2 Debêntures

Em 31 de outubro de 2014 foi realizada a Terceira Emissão de Debêntures da Companhia, em série única, sob a forma nominativa, escritural e não conversível em ações, no total de 140.000 ao Preço Unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos obtidos por meio destas emissões foram destinados ao resgate da totalidade das debêntures em circulação da Companhia e para capital de giro.

### 16.3 Debêntures Privada

Em 13 de outubro de 2014, foi realizada a Segunda Emissão de Debêntures da Companhia, em duas séries, sob a forma nominativa, privada e não conversível em ações, no valor total de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais), subscritas pela coligada Central de Produções GWUP S.A., controlada pela mesma controladora da Companhia Abril Educação S.A.. Os recursos obtidos por meio desta emissão foram destinados à gestão ordinária de suas atividades. A primeira série das debêntures vencerá em 30 de abril de 2017 e a segunda série das debêntures vencerá em 30 de abril de 2018, com remuneração de CDI + taxa média de 1,65% a.a..

As principais condições estão descritas no quadro abaixo:

	<b>Resgatadas</b>		
	<b>Antecipadamente</b>	<b>Vigentes</b>	<b>Vigentes</b>
		<b>Debêntures</b>	<b>Debêntures Privada</b>
Emissora	Editora Ática S.A	Editora Ática S.A	Editora Ática S.A
Emissão	1º	3º	2º
Data de Emissão	30/09/2013	31/10/2014	13/10/2014
Vencimento	30/09/2018	31/07/2019	30/04/2017 e 30/04/2018
Carência	36 meses	33 meses	30 e 42 meses
Pagamento Remuneração	Juros semestrais	Juros semestrais	Juros nos vencimentos
Encargos Financeiros	CDI + 1,50% a.a.	CDI + 1,70% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
Tipo de Emissão	Pública ICVM 476	Pública ICVM 476	Privada
Emissão Total (R\$)	140.000	140.000	150.000 e 150.000
Data de Resgate Antecipado	10/11/2014	-	-
<b>Não Circulante</b>			<b>440.000</b>

Para manutenção das condições contratuais das emissões de Debêntures vigentes citadas acima, a Companhia fiadora e pagadora, que é a Abril Educação S.A., controladora da Companhia, se obriga a manter Índices Financeiros mencionados abaixo, durante o período de vigência das debêntures.

- (i) Índice de alavancagem igual ou inferior a 3,0 em 31 de dezembro de 2014; 3,5 em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016; 3,0 em 31 de dezembro de 2017 e; 2,5 a partir de 31 de dezembro de 2018 e anos subsequentes. Por Índice de alavancagem entende-se a relação entre a dívida líquida e o Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização Ajustado, incluindo a amortização do investimento editorial e baixas decorrentes de *impairment* de ativo (EBITDA Ajustado). Para aferição do EBITDA Ajustado, deverão ser incorporados os valores correspondentes ao EBITDA referente aos últimos 12 (doze) meses das escolas e sistemas de ensino que tenham sido adquiridos pela Abril Educação S.A. ou por qualquer de suas Controladas diretas ou indiretas, e;
- (ii) Índice de cobertura de juros igual ou superior a 2,0 a partir de 31 de dezembro de 2014 e anos subsequentes. Por Índice de cobertura de juros entende-se a relação entre o EBITDA Ajustado e as despesas financeiras relativas ao período de 12 meses imediatamente anteriores.

Em 31 de dezembro de 2014, a Abril Educação S.A. cumpriu todos os requisitos vigentes.

#### 16.4 BNDES - FINAME

Em maio de 2010, a Companhia, contratou linha de crédito junto ao BNDES (FINAME) e o banco repassador Itaú BBA S.A. no valor de R\$ 10.000, para financiamento da produção de livros didáticos com encargos financeiros que variam entre 3,80% e 4,80% a.a., além da TJLP, e vencimento em Junho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo dessa operação é de R\$ 1.389.

Em junho de 2012, a Companhia, contratou linha de crédito junto ao BNDES (Finem) e o banco repassador Bradesco no valor de R\$ 23.877, para financiamento dos gastos com Plano Editorial e Impressão com encargos financeiros que variam entre 2,75% e 3,25% a.a. + TJLP + 1% a.a. e vencimento em janeiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo dessa operação é de R\$ 14.667.

## 16.5 Empréstimos bancários

Referem-se a cédulas de créditos, com o objetivo de capital de giro da Companhia, com encargos financeiros de CDI + 1,8% a.a., cronograma de amortização em 06 parcelas semestrais a partir de 03 de abril de 2013 e, conseqüentemente, vencimento em outubro de 2015.

Este contrato de empréstimo contém cláusulas restritivas que podem decretar o vencimento antecipado do saldo devedor; tais cláusulas referem-se à observância de certos indicadores financeiros a serem calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas anuais da Abril Educação S.A., Fiadora, pagamentos antecipados mediante a venda de ativos, restrições na distribuição de dividendos e outras operações com partes relacionadas ou participação em outras Companhias.

Em 31 de dezembro de 2014, a Abril Educação S.A. cumpriu com todos os requisitos vigentes.

## 17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
REFIS e PAES	-	651
INSS	206	211
IRRF	152	291
Outros	258	156
	<u>616</u>	<u>1.309</u>

### 17.1 REFIS e PAES

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. A movimentação dos saldos desse programa pode ser assim sumarizada:

Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.831</u>
Pagamentos	(1.253)
Juros	73
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>651</u>
Adição	368
Pagamentos	(1.031)
Juros	12
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>-</u>

Como consequência da adesão ao REFIS IV, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados. De acordo com a Lei 11.941/09, não foram dadas garantias para ingresso a esse programa.

O parcelamento foi efetuado em 60 meses, sendo que os pagamentos estão sendo efetuados nos prazos de vencimento, em espécie, uma vez que não estão sendo efetuados pagamentos via utilização de prejuízo fiscal. A atualização está sendo realizada pela taxa de juros SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

A Administração aguarda a homologação dos débitos da Companhia pela Receita Federal do Brasil.

## 18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e tributária decorrente do curso normal de seus negócios.

A respectiva provisão para contingências foi constituída considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos, natureza dos processos e experiências passadas.

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

a) Composição:

<u>Processos</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Trabalhistas	2.228	1.643
Cíveis	2.512	3.914
	<u>4.740</u>	<u>5.557</u>

b) Movimentação:

<b>Descrição</b>	<b>Tributários</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Contingências</b>	1.137	1.724	2.903	5.764
<b>Depósitos Judiciais Redutores da Provisão</b>	(68)	(851)	(1.252)	(2.171)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	1.069	873	1.651	3.593
Atualização monetária e juros	10	8		18
Constituição de provisão	50	679	1.610	2.339
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	-	(599)	(599)
- Por reversão	(1.129)	(768)	-	(1.897)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	-	792	2.662	3.454
<b>Depósitos Judiciais Redutores da Provisão</b>	-	851	1.252	2.103
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	-	1.643	3.914	5.557
Atualização monetária e juros	-	(369)	-	(369)
Constituição de provisão	-	2.235	253	2.488
Baixa de provisão				
- Por pagamento	-	-	-	-
- Por reversão	-	(1.281)	(1.655)	(2.936)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	-	2.228	2.512	4.740

A provisão para contingências é calculada considerando o valor provável para liquidação na data das demonstrações financeiras e posteriormente atualizada monetariamente quando aplicável, já estando, portanto, apresentada a valor presente.

A Administração procedeu à atualização das estimativas de perdas com processos baseado em seus assessores jurídicos considerando o objeto e a fase processual das ações.

c) A natureza das ações pode ser sumariada como segue:

Processos trabalhistas

Os pedidos mais frequentes referem-se a férias proporcionais, diferencial de salário, adicional noturno, horas extra, vínculo empregatício, encargos sociais, dentre outros. Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.

Processos cíveis e tributários

Não há nenhum processo individual de valor relevante, que necessite divulgação específica.



18.1. Os depósitos judiciais registrados no ativo não circulante são como seguem:

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Tributários	4.133	1.683
Trabalhistas	442	87
Cíveis	586	617
	<b>5.161</b>	<b>2.387</b>

18.2. Na opinião da Administração, todos os processos judiciais foram adequadamente provisionados e, para aqueles não provisionados, inclusive os processos para os quais a probabilidade de perda é estimada como possível pelos seus assessores jurídicos externos, a Administração entende que não existem perspectivas de perdas. As contingências em discussão judicial, classificadas como possíveis de perdas e não provisionadas são como seguem:

<b>Processos (Possíveis)</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Contingências tributárias	30.558	32.050
Contingências trabalhistas	9.001	11.717
Contingências cíveis	36.679	41.886
	<b>76.238</b>	<b>85.653</b>

Em 31 de dezembro de 2014, parte substancial dos processos cíveis com risco possível, no montante aproximadamente de R\$31.000 (R\$35.000 em 31 de dezembro de 2013), referem-se a três processos judiciais relacionados à rescisão contratual com distribuidores.

## 19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos, é como segue:

	<b>2014</b>	<b>(Debitado)/ creditado ao resultado</b>	<b>2013</b>
<b>Imposto diferido ativo</b>			
Prejuízos fiscais e base negativa	2.531	2.531	-
Provisão para contingências	1.612	(277)	1.889
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	229	42	187
Provisão para participação nos lucros - PLR	1.184	264	920
Provisão para devolução de produtos	357	-	357
Plano de opção de compra de ações	4.612	4.612	-
INSS sobre opções outorgadas	977	977	-
Impostos com exigibilidade suspensa	23	-	23
Outras diferenças temporárias	1.003	(154)	1.157
	<b>12.528</b>	<b>7.995</b>	<b>4.533</b>
<b>Imposto diferido passivo</b>			
Diferenças temporárias	(1.109)	(1.086)	(23)
	<b>(1.109)</b>	<b>(1.086)</b>	<b>(23)</b>
		<b>Dezembro</b>	
		<b>2014</b>	<b>2013</b>
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses		12.528	4.533

A realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo sobre exigibilidade suspensa e diferenças temporárias está relacionada ao período no qual as empresas estimam auferir lucro tributável suficiente para utilização desses saldos, bem como a realização das correspondentes diferenças temporárias que originaram o ativo ou passivo fiscal diferido.

## 19.1 Lei 12.973 de 2014

Em 13 de maio de 2014 a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei no 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributário materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

## 20. PLANO DE APOSENTADORIA E PENSÕES

A Companhia é uma das patrocinadoras da entidade de previdência privada, denominada Abrilprev Sociedade de Previdência Privada (“Abrilprev”) a partir de dezembro de 2007, a qual objetiva, principalmente, complementar os benefícios previdenciários oficiais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou contribuições à Abrilprev no montante de R\$ 1.264 (R\$ 1.068 em 31 de dezembro de 2013). A contribuição devida pela patrocinadora é de 2,5447 % em 2013 (2,5933% em 2013) sobre a folha de pagamento dos empregados participantes do plano.

## 21. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em dezembro de 2014 o Comitê de Remuneração deliberou com relação ao Plano de Remuneração (“Programa 4”), que consiste em um plano segundo o qual a Abril Educação, concede aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como, possibilitar à Abril Educação e as suas controladas atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados de alto nível.

Em decorrência da natureza do plano, que pressupõe o atingimento de condições de desempenho da Companhia e de performance dos beneficiários, esta despesa foi reconhecida neste exercício social (exercício este em que as metas corporativas e individuais foram atingidas) e a data da efetiva transferência de cada lote de ações aos beneficiários, conforme CPC 10.

Em 19 de março de 2015, o novo Plano de Remuneração foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, conforme mencionado na nota explicativa 33.

### Plano de Remuneração (“Programa 4”)

Data da outorga	31/12/2014
Quantidade de ações outorgada	2.612.577
Preço de ações na data da outorga - R\$	11,37
Preço de ações Exercício - R\$	-
Prazos de carência ( <i>vesting</i> )	3 anos a partir de 2015

O número total de ações que poderão ser adquiridas no âmbito dos Programas estará sujeito a um limite global de ações de emissão da controladora Abril Educação a ser observado na implementação dos Programas, já considerados quaisquer instrumentos de incentivo para administradores e empregados do Grupo Abril Educação. A proposta contida nos Programas é fixado limite de 3% do capital social total da controladora Abril Educação, sendo incluídos, para fins do cálculo deste limite, quaisquer incentivos a executivos baseados em ações que tenham sido previamente aprovados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu uma despesa no montante de R\$13.566, apresentadas no resultado do exercício na rubrica Despesas Gerais e Administrativas em contrapartida ao Patrimônio Líquido, apresentadas na rubrica Opções outorgadas de ações.

## 22. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social é de R\$ 103.559 (R\$ 67.846 em 31 de dezembro de 2013), dividido em 10.355.892.644 (6.784.563.153 em 31 de dezembro de 2013) ações ordinárias sem valor nominal.

Em de 03 de outubro de 2014, por meio da Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada o aumento do capital social no montante de R\$ 35.713, passando o capital social da Companhia de R\$ 67.846 para R\$ 103.559, com emissão 3.571.329.491 novas ações ordinária.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

## 23. RESERVAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Reserva de capital	805	805
Opções outorgadas (nota 21)	13.566	-
Reservas de lucros		
Reserva legal	13.463	13.463
Reserva retenção de lucros	36.388	50.999
	<u>49.851</u>	<u>64.462</u>
	<u><b>64.222</b></u>	<u><b>65.267</b></u>

### 23.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

### 23.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a serem deliberados em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2014, parte da reserva de lucros no montante de R\$ 7.508 foi utilizada para a compensação do prejuízo do exercício.

### 23.3. Dividendos propostos

Os estatutos da Companhia preveem que os acionistas terão direito a um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da quota destinada à constituição de reserva legal.

	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	55.805
Constituição de reserva legal	<u>(2.790)</u>
Saldo a distribuir	53.015
Dividendos mínimos obrigatórios propostos (25%)	(13.254)
Juros sobre capital próprio	<u>-</u>
Reserva de retenção de lucros	<u>39.761</u>

## 24. RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Vendas brutas de produtos	379.457	372.581
Impostos sobre vendas	<u>(190)</u>	<u>(250)</u>
<b>Receita líquida</b>	<u><b>379.267</b></u>	<u><b>372.331</b></u>

## 25. DESPESAS POR NATUREZA

O detalhamento das despesas operacionais por natureza é apresentado a seguir:

	<b>2014</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Vendas</b>	<b>Administrativas</b>	<b>Total</b>
Depreciações e amortizações	(77)	(1.913)	(3.940)	(5.930)
Despesas com pessoal	(1.849)	(42.652)	(71.170)	(115.671)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(105.652)	(2.253)	(913)	(108.818)
Amortização de investimento editorial	(32.400)	-	-	(32.400)
Serviços de terceiros	(1.043)	(11.868)	(15.554)	(28.465)
Fretes	(5.521)	(744)	(40)	(6.305)
Manutenção e reparos	(68)	(1.467)	(7.343)	(8.878)
Direitos autorais	-	(29.391)	-	(29.391)
Comissões	-	(819)	-	(819)
Mídia	-	170	-	170
Eventos e seminários	-	(484)	-	(484)
Promoções	(32)	(9.976)	(353)	(10.361)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(286)	-	(286)
Aluguel	(15)	(7.246)	(8.975)	(16.236)
Viagens e representações	(31)	(6.395)	(755)	(7.181)
Processos/contingências	-	-	(2.131)	(2.131)
Outras Despesas/Receitas	(26)	(1.981)	(1.568)	(3.575)
	<b>(146.714)</b>	<b>(117.305)</b>	<b>(112.742)</b>	<b>(376.761)</b>

  

	<b>2013</b>			
	<b>Custo</b>	<b>Vendas</b>	<b>Administrativas</b>	<b>Total</b>
Depreciações e amortizações	(29)	(2.220)	(2.466)	(4.715)
Despesas com pessoal	(871)	(34.836)	(25.850)	(61.557)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(99.143)	(1.725)	(469)	(101.337)
Amortização de investimento editorial	(23.651)	-	-	(23.651)
Serviços de terceiros	(1.457)	(8.818)	(15.429)	(25.704)
Fretes	(4.010)	(455)	(9)	(4.474)
Manutenção e reparos	(114)	(1.332)	(3.065)	(4.511)
Direitos autorais	-	(28.183)	-	(28.183)
Comissões	-	(1.780)	-	(1.780)
Mídia	-	(1.457)	-	(1.457)
Eventos e seminários	-	(48)	-	(48)
Promoções	(27)	(4.732)	(136)	(4.895)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(434)	-	(434)
Aluguel	(423)	(7.152)	(1.211)	(8.786)
Viagens e representações	(57)	(6.944)	(773)	(7.774)
Processos/contingências	-	913	(1.708)	(795)
Outras Despesas/Receitas	(260)	(1.494)	(980)	(2.734)
	<b>(130.042)</b>	<b>(100.697)</b>	<b>(52.096)</b>	<b>(282.835)</b>

O montante registrado em serviços de terceiros refere-se substancialmente a: consultoria, tecnologia da informação, segurança patrimonial e mão de obra terceirizada.

O montante registrado em despesas com pessoal inclui salários e encargos previdenciários, além do montante de R\$18.203, decorrentes do processo de reestruturação da Companhia que englobou (i) ajustes de quadro de pessoal e de executivos para operar de maneira mais eficiente e profissionalizada a estratégia de longo prazo da Companhia, em observância às melhores práticas de governança corporativa, e; (ii) distrato comercial com distribuidores de livros didáticos. A administração divulgou essa nova reestruturação organizacional em 24 de junho de 2014.

## 26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Outras receitas</b>		
Ganho na venda de imobilizado	297	163
Alugueis	26	12
Multas fiscais e contratuais	-	228
Outros	140	47
	<u>463</u>	<u>450</u>
<b>Outras despesas</b>		
Perda líquida na venda de imobilizado	(21)	(66)
Multas fiscais e contratuais	(725)	(937)
Doações	(138)	(522)
Outros	109	(231)
	<u>(775)</u>	<u>(1.756)</u>
<b>Outras Despesas Operacionais, Líquidas</b>	<u>(312)</u>	<u>(1.306)</u>

## 27. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Receitas:</b>		
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	13.088	4.982
Descontos obtidos	94	51
Juros ativos (i)	770	243
	<u>13.952</u>	<u>5.276</u>
<b>Despesas:</b>		
Empréstimos e financiamentos	(28.720)	(7.629)
Impostos	(972)	(357)
Encargos sobre parcelamentos tributários	(167)	(147)
Juros de outros passivos	1.616	(109)
Ajuste a valor presente	(2.885)	-
Outros	(7)	(70)
	<u>(31.135)</u>	<u>(8.313)</u>
<b>Variações cambiais:</b>		
Ganhos cambiais	946	32
Perdas cambiais	(545)	(310)
	<u>401</u>	<u>(278)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u>(16.782)</u>	<u>(3.315)</u>

(i) Referem-se substancialmente a juros pagos por clientes pelo atraso no pagamento de faturas.

## 28. DESPESAS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- 28.1 Os valores debitados e creditados na conta imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos, nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 compõem-se de:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	66	(28.803)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>6.909</u>	<u>(267)</u>
	<b><u>6.975</u></b>	<b><u>(29.070)</u></b>

- 28.2 A conciliação da (despesa)/receita de imposto de renda e contribuição social dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>(14.483)</u>	<u>84.875</u>
Alíquotas oficiais de imposto	34,00%	34,00%
Encargos de imposto de renda e contribuição social	4.924	(28.858)
Equivalência patrimonial	36	-
Diferenças permanentes	(466)	(830)
Benefícios fiscais	-	729
Juros sobre capital próprio	2.415	
Outros	<u>66</u>	<u>(111)</u>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	<b><u>6.975</u></b>	<b><u>(29.070)</u></b>

## 29. CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	(7.508)	55.805
<b>Ajustes de:</b>		
Depreciações e amortizações	5.930	4.715
Baixas líquidas de imobilizado	97	66
Resultado de equivalência patrimonial	(105)	-
Baixa líquida de investimento	-	230
Provisão para contingências	(817)	(139)
Imposto de renda diferido	(6.909)	267
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	286	434
Opção de compra de ações	13.566	-
Amortização custo de transação das debêntures	891	-
Juros e variação cambial, líquida	28.228	7.855
<b>Variação no capital circulante</b>		
Contas a receber de clientes	14.793	(35.757)
Estoques	(7.900)	8.437
Impostos a recuperar	(20.408)	(885)
Demais ativos	1.629	(3.422)
Depósitos judiciais	(2.774)	(1.253)
Fornecedores e demais contas a pagar	56.727	5.593
Impostos e contribuições a pagar	(739)	119
Provisão para contingências	-	2.103
Imposto de renda e contribuição social a pagar	885	13.598
	<u><b>75.872</b></u>	<u><b>57.766</b></u>



## 30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

### 30.1 Transações e saldos:

As transações e saldos que a Companhia efetuou e mantém com partes relacionadas para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro, estão sumariados a seguir:

	<b>2014</b>				
	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>
	<b>Contas a receber</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>Juros s/ Capital Próprio</b>	<b>Empréstimos e financiamentos</b>	<b>Vendas (Custos/Despesas), líquidos</b>
<b>Partes relacionadas</b>					<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>
Abril Comunicação S.A. (i)	3.475	17.257	-	-	(343)
Abril Educação S.A.	194	-	281	-	-
Central de Produções GWUP S.A.	-	-	-	307.544	(7.544)
SGE Comércio de Material Didático S.A.	6.600	-	-	-	19.486
Sistema de Ensino Abril Educação S.A.	-	-	-	-	(1.007)
Outros	-	49	-	-	(1.783)
	<b>10.269</b>	<b>17.306</b>	<b>281</b>	<b>307.544</b>	<b>(38.678)</b>

	<b>2013</b>				
	<b>Ativo</b>		<b>Passivo</b>		<b>Resultado</b>
	<b>Contas a receber</b>	<b>Contas a pagar</b>	<b>Dividendos a pagar</b>		<b>Vendas (Custos/Despesas), líquidos</b>
<b>Partes relacionadas</b>					
Abril Comunicação S.A. (i)	81	12.070	-		(49.220)
Abril Educação S.A.	-	-	13.254		-
SGE Comércio de Material Didático S.A.	6.426	17	-		15.276
Sistema de Ensino Abril Educação S.A.	53	25	-		(1.257)
Outros	31	34	-		(1.079)
	<b>6.591</b>	<b>12.146</b>	<b>13.254</b>		<b>(36.280)</b>

(i) Anteriormente Editora Abril S.A

As transações com partes relacionadas foram efetuadas por valores e prazos usuais de mercado.

### 30.2 Remuneração do pessoal chave da Administração:

O pessoal-chave da administração inclui os diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Salários e encargos	7.359	4.568
Participação nos lucros	3.951	5.196
Remuneração baseado em ações	13.566	-
	<b>24.876</b>	<b>9.764</b>

## 31. SEGUROS

A política da controladora indireta Abrilpar Participações S.A., da qual a Companhia é parte integrante, é a de manter cobertura de seguros por meio de apólice coletiva em montante considerado satisfatório pela Administração em face dos riscos que envolvem, entre outros, incêndios, alagamentos, quebras de máquinas, bens e mercadorias próprias e de terceiros, acidentes de trabalho e danos ambientais.

## 32. PLANO DE SAÚDE ABRIL

A Companhia participa do Plano de Saúde Abril, o qual foi criado para garantir a assistência médica e hospitalar aos funcionários e dependentes das empresas do Grupo Abril Educação. Assim, as empresas e funcionários possuem a responsabilidade pela contribuição mensal à Associação Abril de Benefícios, empresa gestora do plano.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 3.632 (R\$ 2.890 em 2013).

## 33. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 33.1. Assembleia Geral Extraordinária

Em 19 de março de 2015, a Administração propôs em Assembleia Geral Extraordinária da controladora Abril Educação a deliberação sobre a aprovação de adoção do Plano de Remuneração da Companhia.

O referido Plano tem como principal objetivo conceder, aos administradores e empregados da Companhia e de suas sociedades controladas, diretas ou indiretas, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar à Companhia e às suas controladas atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados de alto nível.

É importante destacar que a implementação do Plano, caso esse seja aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, dependerá de prévia autorização da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), nos termos do artigo 23 da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, conforme alterada, em virtude da utilização de ações próprias pela Companhia no âmbito deste. Além disso, após a aprovação e implementação do Plano, o Conselho de Administração da Companhia deliberará o cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações e do Plano Extraordinário de Incentivo a Executivos da Companhia.

**DIRETORIA**

**MÁRIO GHIO JÚNIOR  
GUILHERME ALVES MÉLEGA  
IVAN SARTORI FILHO  
JOÃO LACERDA ALMEIDA E SILVA  
EMANUEL ADRIANO DE SOUZA  
PATRÍCIA BARBI COSTA  
MÁRVIO JOSÉ CORREIA DE LIMA  
ELZIMAR GOUVÊIA DE ALBUQUERQUE**

---

**ÉRICO DE MELLO PRADO**  
Contador CRC – 1SP 256.729/O-1